

AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL EM NOVA OLINDA-CE: ARTICULAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PRÓ-DESENVOLVIMENTO LOCAL?

ACTIONS FOR DIGITAL INCLUSION IN NOVA OLINDA-CE: LINKING OF EXPERIENCES TO SUPPORT LOCAL DEVELOPMENT?

JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO

Mestrando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em
Administração (Propad-UFPE)
Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco -
UNIVASF e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Tecnologias em Gestão Social (NIGS)
raimundo.cordeiro@univasf.edu.br

ANTONIO LUCAS CORDEIRO FEITOSA

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri
- URCA (CE)
Bolsista de Iniciação Científica do CNPq
cordeirofeitosa@bol.com.br

Recebido em: 15/11/2009

Aprovado em: 04/05/2010

ISSN 2175-5787

Resumo

Tanto quanto é importante para o desenvolvimento local, a articulação de ações entre os diversos atores territoriais é, ao mesmo tempo, uma estratégia difícil, desafiadora. Essa constatação, observada em níveis teóricos e empíricos, instigou a presente investigação científica, que teve como objetivo verificar como as ações que contribuem para combater a exclusão digital são realizadas no município cearense de Nova Olinda. A perspectiva orientadora do estudo é de que essas ações se mostram centrais para a possibilidade de sucesso do local nas estratégias de desenvolvimento. Referenciando-se nos conceitos de desenvolvimento local e território, o trabalho articulou também idéias referentes à sociedade do conhecimento e ao princípio da colaboração. Realizou-se pesquisa documental, bibliográfica e de campo, o que permitiu utilizar dados primários e secundários. Ao final da exposição, apoiando-se nas informações exploradas, considera-se que o território em estudo presencia tensões originadas em diversos fatores internos e externos, que influem sobre o mesmo e condicionam suas possibilidades de promoção do desenvolvimento local. Nesse caso, as deficiências em termos de domínio da população local no uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação precisam ser superadas com a urgência exigida por uma sociedade cada vez mais organizada mediante padrões de cibernsialidade. Os dados levantados sobre as atividades que contribuiriam para essa superação, contudo, permitem indicar que o território apresenta possibilidades de avançar no desafio posto, desde que consiga reunir, numa articulação efetiva, as incipientes experiências já em movimento.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Local. Território. Inclusão Digital.

Abstract

To articulate action between diverse territorial actors is a important strategy for the promotion of the local development, as, also, a challenging process. This finding instigated the present inquiry, that objectified to verify as the actions of digital inclusion are carried through in city of Nova Olinda, state of Ceará - Brazil. The main theoretical reference is centered on a territorial approach to local development. There were desk research, literature and field, allowing to use primary and secondary data. Relying on information exploited, it is considered that there are, in the area under study, tensions arising in various internal and external factors that influence the possibilities of promoting development. In this case, specifically, deficiencies in terms of use of information technology and communication must be overcome by the local population. The data collected on the activities that could contribute to this purpose, indicate that territory must gather effectively initiatives that are already in motion, coordinating their actions.

Key-Words: Local Development. Territory. Digital Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A generalidade impossível de se obter quando o tema em pauta é o desenvolvimento local leva a pesquisa científica, frequentemente, a se debruçar sobre fenômenos específicos de determinados territórios. Garante-se, assim, um tratamento mais detalhado dos objetos e geram-se maiores possibilidades de aplicação prática do conhecimento resultante, na interpretação das dinâmicas em foco e na intervenção social para ordená-las conforme as diretrizes que porventura sejam traçadas. É esse o contexto geral que orienta o presente artigo, numa exploração instigada pela discussão acerca das dificuldades operacionais e teóricas na concepção da articulação social em torno dos objetivos postos em termos de desenvolvimento local.

Parte-se da constatação empírica de um caso em que a dinâmica local justifica preocupar-se com a efetiva capacidade dos agentes em empreenderem ações conjuntas. Dinâmica essa que se refere a um conjunto de processos desencadeados no município de Nova Olinda, ao sul do estado do Ceará. Conforme se argumentará mais adiante, tal âmbito espacial encontra-se marcado por uma confluência intensa de fatores locais, regionais, nacionais e internacionais, diretamente impactantes sobre o comportamento dos indivíduos e instituições locais, colocando em cheque a competência dos mesmos em aproveitarem as potenciais brechas à melhoria da qualidade de vida territorial e na minimização dos constrangimentos impostos pelas influências postas. Pressupõe-se ser esse um caso ilustrativo das tensões de inúmeros outros contextos espalhados pelo Brasil afora e, sobretudo, na região Nordeste, dadas as características da área estudada, conforme se notará a seguir. Particularmente, foi o processo de disseminação local das competências para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no município supracitado, especificamente da informática, o *locus* de observação. Nele, investigou-se a interação de dinâmicas do setor público, das organizações da sociedade civil e dos empreendimentos mercantis, marcados como são por aspectos externos à localidade. Há de se reconhecer, em tempos de sociedade do conhecimento, que esse processo, identificado com os esforços em prol do que convencionalmente se concebe como *inclusão digital*, guarda uma relação direta e forte com as questões inerentes ao desenvolvimento. Neste sentido, a presença, em Nova Olinda, de uma gama de ações recentemente impulsionadas, embora em formas incipientes, em busca dessa inclusão digital, é o aspecto motivador empírico da pesquisa que ora se apresenta.

Em linhas gerais, esse rol de observações leva a que se procure, nesta comunicação, compreender o lugar ocupado pelas estratégias da *sociedade civil*, do *poder público* e do *setor privado*, verificando a existência de inter-relação entre estas, no processo de disseminação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, em Nova Olinda – CE. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa se apoiou em dados secundários obtidos com a consulta a documentos diversos de instituições do território pesquisado (e de organizações externas) e na pesquisa bibliográfica, tanto para o estabelecimento do referencial teórico quanto para a obtenção de informações diversas sobre os fenômenos pesquisados. Ademais, realizou-se pesquisa de campo, com aplicação de questionários, em janeiro e fevereiro de 2009, junto a agentes diretamente envolvidos com o objeto de pesquisa.

2. TERRITÓRIO, AGENTES LOCAIS E DESENVOLVIMENTO

Os discursos que emergiram e permanecem em voga apregoando o lugar central do local como espaço por excelência para o planejamento e operacionalização das estratégias de desenvolvimento creditam esse papel privilegiado a diversas formas de conceber a localidade. Sem pretensões de homogeneizar o debate, haja vista a existência de distintos matizes de pensamento no que respeita ao desenvolvimento local e a noção polissêmica do termo, entende-se que a visualização do espaço local como *território* garante, talvez, a forma mais propícia para a compreensão dos fenômenos locais e, conseqüentemente, para a intervenção social.

A ênfase na territorialidade não é uma opção casual nesse contexto. Essa escolha de abordagem guarda forte proximidade com o que apresenta o sociólogo Francisco de Oliveira (2001) ao criticar as vertentes que tratam dos fenômenos locais a partir de uma perspectiva apaziguadora dos conflitos sociais, camuflando os jogos de interesses. Para ele, faz-se isso em nome do estabelecimento de uma cooperação e negociação que encobrem a verdadeira luta do desenvolvimento como conquista da cidadania, em primeiro lugar. De um ponto de vista neo-liberal em que se imagina poder mensurar o desenvolvimento a partir dos níveis de acumulação e consumo, segue o autor, chega-se a idéia de desenvolvimento local mais alardeada: “como conseqüência, está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados [...], colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades” (OLIVEIRA, 2001, p. 13)

Ao perceber o território como o resultado de forças sociais diversas que interagem num espaço - que é simultaneamente fruto de ambiências naturais e de formas de organização humana, variando, não excludentemente, entre a adaptação e a transformação da natureza (IPIRANGA, 2007) -, não se pode fugir conceitualmente da necessária caracterização do local como um contexto de desequilíbrios nas relações de poder. Relações essas sempre mutáveis, em ritmos históricos distintos, configuradas em redes e tramas que transcendem os espaços tal qual são oficialmente delimitados (limites geográficos de municípios, estados e países, por exemplo) e conectam comunidades de diversas regiões (ABRAMOVAY, 2000). O peso da história, da cultura, das formas de produção, enfim, dos aspectos particulares de determinada localidade, é ao mesmo tempo um elemento que molda e é moldado pela organização dos agentes, comportando, pois, a intencionalidade destes (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005).

Esse local como território “*resultado de la manera como las sociedades se organizan para usar los sistemas naturales en los que se apoya su reproducción*”, nas palavras de Abramovay (2006, p. 53), admite certamente que se observe o seu desenvolvimento como fenômeno que supera a dinamização das forças produtivas. Proporciona, com isso, a consideração de um desenvolver-se que agrega multidimensionamente transformações políticas, culturais, ambientais e sociais. Não se dissociam da discussão, dessa forma, as melhorias produtivas, as elevações do nível de *consumo*, a *competitividade* e *dinamização da economia local* (AMARAL FILHO, 2002) dos aspectos como *participação da população no governo* e formação de uma *democracia participativa* (OLIVEIRA, 2001); geração de *posturas pró-ativas dos atores locais no protagonismo das mudanças* (DOWBOR, 2007); desencadeamento de *relações distintas com a natureza*, compreendendo-a como elemento inerente ao ser humano e logo essencial para o bem-estar na cidade e no campo (ALENCAR, 2005); e *redução das desigualdades* no acesso aos recursos do território (OLIVEIRA, 2001)¹.

Essa complexidade que cerca o fenômeno, como é de se supor em todo processo eminentemente social, todavia, permite ao considerá-la, que se compreenda e se investigue como questões essenciais ao desenvolvimento local, processos que não estão diretamente vinculados a atividades produtivas. Sem relegar a grande contribuição de todas as abordagens que se inserem na investigação dos desdobramentos de conceitos como *clusters*, *pólos de crescimento*, *arranjos e sistemas produtivos locais*, dentre outras denominações (CHAVES;

¹ Certamente, essas múltiplas dimensões, que o termo *desenvolvimento sustentável* tenta conciliar, não estão livres da tensão entre si, pelo contrário, são lugar-comum os casos em que ganhos para a sociedade em um desses campos têm de ser avaliados mediante uma contraposição às perdas que repercutem em outros aspectos igualmente desejáveis.

SIMÕES, 2007), vertentes como a de *territórios competentes* permitem complementá-las. Para Dallabrida; Fernández (2005), são territórios competentes aqueles capazes de dar respostas criativas para os problemas do presente, transcendendo o aspecto econômico e atingindo o social, o ecológico, o cultural, o ético-político e o ordenamento territorial.

Em virtude disso é que tem ganhado enorme reconhecimento o papel importantíssimo dos chamados ativos intangíveis no desenvolvimento, dentre os quais o destaque vai certamente para o conceito de *capital social*, ou o conjunto de “características imateriais, como normas de reciprocidade, conduta ou redes de cooperação, formais (ou não), que permitem que os agentes de uma sociedade possam potencializar suas ações e alcançar resultados que de outra forma seriam custosos ou impossíveis” (MONASTÉRIO, 2005, p. 166).

Tratando de um importante projeto de investigação de dinâmicas regionais financiado pela União Européia, entre 1998 e 2001, Abramovay (2006) acentua que a equipe de pesquisadores assinalou o seguinte naquela ocasião, para os casos investigados: “*los factores más importantes para el desempeño económico no son los tangibles, sino la manera por la cual las personas se capacitan para explotar los recursos que tienen disponibles y, algunas veces, consiguen un flujo favorable de transferencias em su dirección*” (BRYDEN y HART, 2001 apud Abramovay, 2006, p. 56).

Sobretudo em tempos de *sociedade do conhecimento*, em que a aprendizagem determina rumos para indivíduos, organizações e territórios, os aspectos intangíveis da sociedade mostram-se cruciais. Como alerta Dowbor (2007), a gestão do conhecimento está integrada em um setor da economia que pouco se comporta conforme os modelos de produção industrial dos tempos da modernidade: o setor de serviços. Neste último, a interação entre os agentes, a capacidade de dar fluxo intenso a informações, o *timing de ajuste* das organizações para mudar rapidamente de estratégias, descartar ou requalificar saberes com rapidez exige um padrão de conduta produtiva distinto dos moldes rígidos da produção de bens físicos. Para o autor, é a *capacidade de colaboração* entre os agentes que irá, nesse novo contexto, ampliar a produção de riquezas, dado que quanto maior o nível de conexões que dêem velocidade ao conhecimento, maior o índice de produção de tecnologias, em sentido amplo, pelo fato de que cada novo agente, cada nova organização ou território que passa a ter acesso a um dado saber e dele se apropria, o ressignifica, adapta e acrescenta um novo conhecimento na riqueza acumulada da sociedade como um todo. Com isso, os locais com melhor desempenho na

configuração de *sociedades colaborativas* serão os que mais desencadearão ganhos sociais (DOWBOR, 2007).

Esse princípio colaborativo de que fala Dowbor depende, em larga escala, de uma habilidade dos agentes locais para promoverem *ligações dinâmicas* entre si e com atores externos, de gerarem *consensos* e estabelecerem metas conjuntas, bem como se empenharem, com uma *coordenação eficiente*, na solução dos problemas ou nos empreendimentos priorizados. Nesse sentido é que é possível falar em *Contratos Territoriais de Desenvolvimento*, acordos explícitos ou tácitos que reúnem diversos agentes locais². Estes seriam os traços básicos do que se denominaria por habilidade social. De todo modo, em termos de cidadania em geral ou de produção econômica, em particular, a “*habilidad social (social skill) es la capacidad de inducir, de obtener la cooperación ajena. Es en base a esta capacidad como se construyen órdenes locales que serán decisivos para el funcionamiento de las organizaciones y, en particular, de los mercados*” (ABRAMOVAY, 2006, p. 61).

Esse breve, mas elucidativo, conjunto de referências sobre a abordagem territorial, sustenta a investigação que segue sobre o desenvolvimento local no município de Nova Olinda-CE. Especificamente, os apontamentos acima sobre a necessidade de territórios competentes e da habilidade social para fazer uso dos recursos disponíveis reforçam a justificativa do foco na dinâmica da *inclusão digital*, por se tratar de um processo que conjuga possibilidades hoje indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social, para citar apenas as dimensões mais centrais. Após fazer uma breve descrição do município, na seção que segue, volta-se a destacar a centralidade das condições locais em relação ao domínio de tecnologias da informação e da comunicação.

3. NOVA OLINDA: A DINÂMICA DO ESPAÇO LOCAL EM ESTUDO

Abordar a localidade representada pelo município de Nova Olinda como um território³, requer referência a diversas dimensões suas, de modo a contemplar ao máximo as

² Obviamente, não se pode imaginar que os consensos em torno desses acordos presumam o mesmo nível de adesão e participação por parte de todos os seus componentes. É preciso considerar que “*algunos actores están más habilitados socialmente para obtener la cooperación de los otros, para maniobrar em torno a actores poderosos y saber como construir coaliciones políticas en la vida*” (FLIGSTEIN *apud* ABRAMOVAY, 2006, p. 61).

³ Para Abramovay (2000, p. 385) “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades [...]”.

inter-relações existentes entre os contextos econômico, histórico, político, social, ambiental e cultural.

Essa é uma tarefa facilitada pelo fato de que se trata de um espaço cuja emancipação oficial como município ocorreu há apenas 52 anos, em 1957. Localizado na microrregião do Cariri, ao sul do estado do Ceará, Nova Olinda apresenta uma população de 12.974 habitantes, segundo a última contagem (IBGE, 2009).

Distante 13 Km de Santana do Cariri, município do qual era distrito até sua emancipação, Nova Olinda passou a apresentar desde 1957 uma dinâmica socioeconômica visivelmente superior a sua antiga sede. O sociólogo Plácido Cidade Nuvens, pesquisador da sociedade local caririense, considera indiscutível a vitalidade econômica do município de Nova Olinda:

Hoje, a economia de Nova Olinda é muito mais dinâmica e muito mais fortalecida do que qualquer município dos nossos ali [...]. Porque houve criatividade, competitividade e isso também se traduziu na alternância de poder. Isto reflete a força dinâmica da economia, a criatividade do povo (NUVENS, 2008, p. 5).

Como os apontamentos do pesquisador acima mostram, é reconhecida essa diferenciação em termos de “comportamento econômico” dos agentes do território estudado em relação às localidades vizinhas. Esse relativo dinamismo produtivo encontra parte das explicações no fato de que, geograficamente, em sentido físico, o município está localizado sobre grande quantidade de jazidas minerais de uma rocha sedimentar conhecida como laje. A exploração desse recurso, geologicamente formado, emprega uma proporção considerável da população e representa uma fonte adicional de geração de renda fora das atividades agropecuárias, cuja fragilidade destas últimas é notória em um ambiente semi-árido e sem as devidas adequações das formas produtivas ao clima. Acrescente-se que o produto resultante dessa exploração tem apresentado um mercado em expansão, no qual a rocha trabalhada pode ser comercializada como substituto de cerâmicas no revestimento de pisos e paredes ou, ainda, sob a forma de móveis como bancos e mesas elaborados a partir da junção de duas ou mais peças constituídas de rocha (SDLR, 2009).

A expressividade dessa economia mineradora, entretanto, não está livre de conflitos. Embora a rentabilidade esteja assegurada ao ponto de garantir que a atividade apresente permanência ao longo do tempo, as condições de comercialização são geralmente marcadas pela presença de atravessadores que limitam os ganhos locais. Isso contribui, ao lado de fatores outros como a gestão tradicional dos empreendimentos, para a existência, em muitos

casos, de contratações irregulares, da multiplicação de postos de trabalho em condições de segurança comprometida, da ausência de licenças ambientais, dentre outros aspectos negativos. Desse modo, o território vive tensões diversas que contrapõe agentes locais a instituições externas como o Ministério do Trabalho e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA⁴.

Apesar do grande significado que tem essa produção local, ela é insuficiente para explicar o destaque do território. Em termos históricos, foi a engenhosidade de uma personalidade política da localidade que realizou o feito da emancipação do município. Em 1957, Nova Olinda já era de fato o distrito mais populoso de Santana do Cariri, então município sede, e a dinâmica econômica local específica teria, conforme Nuvens (2009), desde já começado por demonstrar que não se submeteria a um governo externo tradicional. Isso levou a que se configurasse o seguinte momento que geraria a oportunidade histórica da emancipação:

Na eleição municipal de 1954, o candidato a prefeito de Santana do Cariri foi Antonio Jeremias Pereira, que era o vereador representante do distrito de Nova Olinda [...]. Como o presidente da Câmara, foi eleito o senhor Alvim Alves [...]. Então, o prefeito era de Nova Olinda, o presidente da Câmara era de Nova Olinda. E havia sido firmado um compromisso com o ex-prefeito de Santana, em 1954, que foi eleito Deputado Estadual: era a emancipação do distrito (NUVENS, 2008, p. 4).

Uma relação que extravasava os limites oficiais do município, portanto, vinculando o território a instancias de decisão em níveis superiores de hierarquia, como a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará foi que garantiu o sucesso da estratégia emancipadora e a própria identidade local. A partir de então, segundo o mesmo estudioso acima citado, Nova Olinda tem se manifestado avessa à continuidade indefinida de grupos políticos no poder. Ainda que se possam observar, no histórico das eleições municipais, a presença de alguns períodos com governantes dos mesmos grupos, para o autor:

[...] há uma mobilização política que jamais será sedimentada no poder absoluto de nenhum grupo. [...] a população é reconhecida, é amiga, é acolhedora, mas como a economia é dinâmica, vai fazer cada vez mais exigências, mais sérias, mais abrangentes aos poderes públicos, portanto, aos grupos que se sucedem no poder. Eu quero dizer: a economia dinâmica impede a oligarquia. [...] Uma economia dinâmica não aceita tutela política” (NUVENS, 2008, p. 5).

⁴ Ilustra muito bem esse fato, o episódio ocorrido em novembro de 2008, quando uma operação do IBAMA proibiu que funcionassem diversas unidades exploradoras da laje no município. A reação de empreendedores do setor e trabalhadores das minas, em forma de protesto, interditou a rodovia estadual que dá acesso à cidade com a queima de pneus e materiais diversos, gerando problemas no transporte de cargas e pessoas para diversos municípios caririenses, dada a localização central de Nova Olinda em relação às cidades vizinhas. Tratou-se de um evento que ganhou espaço na mídia regional e foi registrado pelos meios de comunicação locais.

Não significa isso que o quadro de participação política local seja o ideal, ou que se esteja mediante governos participativos. Na verdade, o que há, conforme a visão sugerida é uma rotatividade de coalizões vencedoras que é mais intensa do que nas prefeituras que se avizinham⁵.

Esses traços da sociedade local têm se revelado de grande importância para a compreensão da configuração social do município. O processo de urbanização que se intensifica a cada ano, com o inchaço dos bairros periféricos e a formação de novos bairros, que só depois de algum tempo são providos da infra-estrutura básica, é bastante evidente. O descompasso entre a formação desses novos espaços de habitação ou a ampliação dos existentes e a ação do poder público para garantir as condições desejadas pelos habitantes destes, por vezes, dita o resultado das eleições, favorecendo candidatos que tenham se mostrado mais atentos a essas comunidades, nem que essa atenção se refira a tratamentos paliativos dos problemas urbanos.

Em termos de sociabilidade no território, esse contexto também tem assistido a disseminação de comportamentos típicos de uma urbanidade desordenada, em que a chegada de novos componentes na comunidade rompe com o padrão de inter-conhecimento anterior e instala a insegurança e o surgimento de hábitos promovidos pelas condições incipientes de anonimato⁶.

É interessante observar que isso se traduz em índices oficiais como o Índice de Desenvolvimento Social de Resultado – IDSR, de 0,3502 no ano de 2005, fazendo com que Nova Olinda ocupasse o lugar nº 154 no *ranking* dos 184 municípios cearenses. Observando outros índices, todavia, o IDH registrou um índice de 0,637 em 2000 e o IDM (Índice de Desenvolvimento Municipal) de 26,74 em 2004 (IPECE, 2009).

Esse contexto serve de justificativa para a atuação de organizações não-governamentais no município. Embora haja ONG's locais criadas há menos tempo, bem como a ação de ONGs de outros municípios em Nova Olinda, o exemplo de destaque é a Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri, criada em 1992. Como missão, esta organização se propõe a desenvolver “a formação educacional de crianças e jovens protagonistas em

⁵ Além disso, Nuvens (2008) coloca que comparativamente a Santana do Cariri, a política novo-olindense se mostra mais aberta à participação feminina, dado que ele comprova mostrando a composição por gênero das duas Câmaras Municipais de Vereadores nos últimos 60 anos.

⁶O consumo de drogas, os furtos a residências e empreendimentos e a violência, são exemplos de elementos que têm registrado índices crescentes.

gestão cultural por meio de seus programas: Memória, Comunicação, Artes e Turismo” (FUNDAÇÃO CASA GRANDE, 2009, s.p).

Pela forte vinculação do trabalho desenvolvido com a dimensão cultural, que a instituição pretende que seja referência em educação para as escolas sertanejas, a Fundação Casa Grande tem sido também elemento de geração de símbolos culturais no município estudado e promotora de novas formas de inserção da localidade nos âmbitos regionais, nacionais e internacionais mais amplos. A iniciar pela própria microrregião do Cariri, onde a cidade está primeiramente inserida, Marques (2000), coloca que a visibilidade que ganharam as ações da referida instituição têm colocado Nova Olinda entre os municípios com uma clara identidade caririense, seja pela valorização desses trabalhos, seja pela emergência, através dele, de outros símbolos locais como o artesanato em couro, construindo “marcas” do território⁷.

Se somados a outros fatores, como a destacada posição geográfica do município em foco na região do Cariri cearense, os pontos do parágrafo acima contribuem na explicação do porquê de Nova Olinda ter sido selecionada pelo Ministério do Turismo como um dos 65 destinos indutores do Turismo Regional no Brasil (BARBOSA, 2008). Com isso, o Mtur prevê o desencadeamento de obras no município com vistas a fortalecer as capacidades de atração e recepção turísticas, numa monta considerável de recursos. As transformações daí resultantes poderão dar ao município novas especialidades econômicas e intensificar algumas tendências em termos sociais, sobretudo inter-relacionando mais ainda a comunidade com agentes regionais, nacionais e internacionais, já que a intenção do Programa de Regionalização do Turismo é atribuir aos destinos indutores “competitividade em nível internacional” (BARBOSA, 2008).

Merece atenção aqui a ponte que pode ser feita destes aspectos com as tensões entre o local e o global no mundo contemporâneo. O caso do território aqui investigado mantém relações estreitas com o que Moreira (2005), referenciado no sociólogo Boaventura de Souza Santos, coloca como *globalismo localizado*. Fenômeno esse ao qual o autor atribui a capacidade de forjar novos localismos através de mudanças nas quais “o local é modificado pelo global [...]. O local é, nesse movimento, desintegrado, desestruturado e preparado para a

⁷ Da mesma forma, apoios obtidos pela Ong junto a instituições nacionais e internacionais levam a um fluxo crescente de relações entre o local e o global, seja através de recursos financeiros para projetos, de visitas de pesquisadores, artistas, políticos e mídia, no que a organização executa como “turismo de conteúdo”, principalmente através do Memorial sob os seus cuidados, que reúne vestígios e elementos das manifestações culturais do Homem Kariri.

possibilidade de ser reestruturado sob a forma de inclusão subalterna. [...] O uso e o valor local são transformados para atender a uma nova valoração global” (MOREIRA, 2005, p. 35).

Todo esse contexto coloca para a população e as instituições do município pesquisado a necessidade de se encontrarem aptas a enfrentarem as condições gerais do território, tirando de todas as situações os melhores proveitos possíveis para a qualidade de vida desfrutada. Não se trata apenas de garantir o aproveitamento das oportunidades de geração de renda, embora estas sejam fundamentais e configurem um elemento dentre os mais importantes para a elevação do bem-estar local. Além disso, é necessário assegurar que os destinos da comunidade mantenham-se sob a orientação dos agentes locais e tenham em vista as necessidades do território, ao invés de subjugá-lo aos interesses de grupos externos. Esse é um desafio típico da localidade no mundo globalizado, um problema de grandes dimensões. Afinal, o simples ingresso em rotas de progresso econômico, ainda que sob uma condição subalterna, pode parecer muito mais favorável aos cidadãos locais do que a permanência no mesmo *status* de comunidade excluída da globalização. Por isso Oliveira (2001, p.19), indica que “a maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local parecem-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação”.

O agravante em todos os casos se deve ao fato de que o quadro geral que cerca o fenômeno da globalização está posto sobre os pilares de uma sociedade do conhecimento em que a capacidade de processamento de informações é determinante no desempenho das pessoas, das organizações e dos territórios (DOWBOR, 2007). A necessária gestão da informação e da aprendizagem daí resultante implica diretamente no papel crucial que a educação passa a apresentar, não só destinada a garantir a inclusão do cidadão no mercado de trabalho, mas também como suporte para o exercício da sua própria cidadania, já que as relações sociais, conforme Lemos (2008) fluem cada vez mais entre os meandros do que se pode chamar de *cibersocialidade* ou *cibercultura*, caracterizando “a formação de uma sociedade de comunicação estruturada através da conectividade generalizada, utilizando redes planetárias de comunicação (ciberespaço – rede de redes) em tempo real (imediate, presenteísmo)”.

A importância dessas constatações no processo de desenvolvimento local, quando refletida sob a ilustração de casos como o de Nova Olinda, provoca uma preocupação que tem origem na situação educacional do território. O município, segundo o IPECE (2009), iniciou o século XXI com uma taxa de escolarização para o ensino médio de 28,55% (ano 2000), abaixo dos 34,23% da população cearense. Outros índices reveladores da mesma situação

levaram a que a educação municipal fosse considerada prioritária para o Ministério da Educação. Em 2005, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB resultou em 2,7 pontos para os anos iniciais do Ensino Fundamental e 1,9 para os anos finais, no território estudado. Pelo enquadramento enquanto município prioritário, Nova Olinda, como outros territórios brasileiros de situação similar, passou a ser atendido diferenciadamente pelo Programa de Desenvolvimento Escolar – PDE e as maiores escolas receberam recursos federais consideráveis a serem administrados pelas suas respectivas comunidades escolares, com o intuito de superar os índices postos⁸.

A educação local tem apresentado uma rota de real superação do quadro inicial. Entretanto, apenas no início de 2009 os primeiros laboratórios de informática das escolas municipais estavam sendo implantados, conforme a pesquisa de campo realizada, cujos dados serão mais a frente apresentados.

Outro retrato dessa situação vem do trabalho de Feitosa (2006), que investiga o uso dessas tecnologias na única escola de Ensino Médio de Nova Olinda, mantida pelo Governo do Estado do Ceará. Analisando programas desenvolvidos desde a década de 1990, o estudo conclui que as práticas de educação tecnológica são praticamente inexistentes, não havendo o menor atendimento ao requisito de se garantir uma educação adequada ao estudante, em termos de uso das novas tecnologias referidas.

Pelo exposto, fica clara a situação delicada em que se encontra o município para lidar com a sua inserção recente em circuitos sociais, econômicos e culturais que impedem participações efetivas sem o domínio de saberes típicos de técnicas da sociedade da informação. Nas palavras de Lévy (2008), “as novas possibilidades de criação coletiva distribuída, de aprendizado cooperativo e de colaboração em rede propiciada pelo ciberespaço estão questionando o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho, tanto nas empresas quanto nas escolas”. Para o autor, tudo isso ocorre ao tempo em que “o ciberespaço, a interconexão dos computadores do planeta, tende a tornar-se a maior infra-estrutura da produção, da gestão, da transação econômica”.

Frente às características desfavoráveis do município de Nova Olinda quanto à disseminação do uso das TICs, algumas experiências fora do setor público têm sido empreendidas. Os agentes que surgem dessa dinâmica e as organizações que originam serão

⁸ Como resultado, as metas foram ultrapassadas, o município alcançando, 4,0 e 3,0 pontos em 2007, respectivamente, nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental, quando eram projetados para aquele ano índices bem abaixo dos verificados: 2,7 e 2,0, respectivamente (INEP, 2009).

tratados na seção seguinte, na qual o interesse central é conhecer o conjunto de esforços promovidos pelos agentes locais para minimizar tal problema que se revela comprometedor da capacidade territorial em incorporar as possibilidades de desenvolvimento local que lhe são propiciadas pelos contextos nos quais se insere. Mais que isso, leva-se em consideração o nível de articulação entre as experiências praticadas, a fim de se perceber a que ponto as estratégias configuram uma ação compartilhada na localidade, cujos efeitos possam ser potencializados pela articulação interna, promovida por meio de pactos sociais entre grupos e instituições.

4. AS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL NO TERRITÓRIO

Nesta parte do trabalho, a abordagem será fundamentada com os dados da pesquisa de campo, obtidos através da aplicação direta de questionários aos agentes do município de Nova Olinda – CE que atuam no segmento das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Basicamente, trata-se aqui da informática, dada a sua grande expressão entre as TIC's. Entre janeiro e fevereiro de 2009, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas entre os responsáveis por ações dessa natureza em: a) dois projetos do governo estadual cearense; b) na Secretaria Municipal de Educação; c) uma escola estadual; d) três Ongs; e e) cinco estabelecimentos privados.

Em primeiro lugar, cabe observar essa dinâmica no setor público, entendido como o conjunto das instituições governamentais, sejam municipais, estaduais ou federais que atuam no território estudado. Destas, apenas as escolas e dois outros estabelecimentos apresentam práticas de disseminação do uso das Tic's.

Fora do espaço escolar, como dito, apenas duas estruturas, implementadas pelo Governo do Estado do Ceará, fazem frente à necessidade de uso da informática, por parte da população, em Nova Olinda (Tabela 01). A primeira se refere à Ilha Digital, um espaço implantado em 2004 que tem por principal função, conforme o responsável pelo seu funcionamento, “garantir o acesso à informática para o público com preço acessível”. Entretanto, o estabelecimento não conta com sequer um técnico para orientações e o único serviço prestado é o acesso à internet. Essa é apenas uma das dezenas de “ilhas” que foram espalhadas pelo estado do Ceará, através da sua Secretaria de Planejamento. Conforme o objetivo oficial do projeto, os serviços deveriam ir muito além do que se verifica em Nova

Olinda. Tratar-se-ia, conforme o Plano Ceará Digital, da “democratização da informação veiculada pela internet e promoção da inclusão digital no Estado do Ceará”.

Já por meio do Programa de Apoio às Reformas Sociais em Favor da Criança e do Adolescente – PROARES, Nova Olinda conta com um Pólo de Atendimento desde o ano de 2004. Tal programa foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através de contrato de empréstimo com o Governo do Estado do Ceará. No município estudado, o Pólo de Atendimento conta com 10 microcomputadores, embora sem nenhuma conexão à internet⁹.

Tabela 1. Caracterização básica da ação do setor público na área de TICs em Nova – CE (Projetos Estaduais) - 2009

Estabelecimento	Nº de microcomputadores.	Nº de equipamentos conectados à internet	Nº de pessoas atendidas	Preços praticados (R\$)
Ilha Digital	05	05	75 visitas por semana	1,00 p/ hora
Pólo de Atendimento	10	-	150 (nº atendido até 08/2008)	Não há.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O Pólo de Atendimento e a Ilha Digital operam sem parcerias contínuas que os permitam maior alcance aos serviços ofertados. Não se constataram, durante a pesquisa, nenhum vínculo destes projetos em relação aos setores produtivos locais ou aos demais agentes governamentais, nem à sociedade civil organizada. Todavia, computadores foram obtidos para o Pólo através de doação de uma fabricante nacional e o fornecimento de internet é obtido com o apoio de uma companhia de telefonia móvel.

Na rede municipal de ensino, conforme a Tabela 02, apenas duas das nove escolas existentes possuem computadores para acesso discente. Sendo que dentre as sete demais, seis não têm sequer um microcomputador (todas as escolas rurais e duas escolas urbanas). Se verificado o número de computadores por número de alunos matriculados no ensino fundamental, tem-se o número inexpressivo de 0,01 computador por aluno ou 101,5 alunos para cada máquina disponível. Por professor, tem-se 0,03 para cada docente ou 30,4 professores para cada microcomputador existente¹⁰.

⁹ Diferentemente da Ilha Digital, são desenvolvidos cursos de informática por meio do Pólo e os serviços neste último são gratuitos, mediante a contratação de instrutores pela Secretaria de Educação do Município, que também garante a manutenção dos equipamentos.

¹⁰ A esse quadro deve ainda ser acrescentado o fato de que os dois laboratórios, que serão formados com 10 computadores numa escola e 22 na outra (Tabela 02), em fevereiro de 2009, durante a pesquisa, estavam ainda

Tabela 2. Caracterização básica da ação do setor público na área de TICs em Nova – CE (Rede Municipal de Ensino) - 2009

Escolas	Localização		Nº de alunos	Nº de professores	Nº de computadores disponíveis	
	Z.U*	Z.R#			P/ docentes	P/ discentes
EEF José Alencar Alves	X		642	27	02	-
EEIEF José Liberalino da Silva	X		267	09	-	-
EEIEF 15 de Novembro		X	138	09	-	-
EEF Reunidas Sto. Expedito		X	184	14	-	-
EEIEF Alvin Alves		X	275	15	-	-
EEF Avelino Feitosa	X		827	26	02	10
EEF Pe. Cristiano Coelho	X		605	27	01	22
EEl Adélia Milfont		X	30	02	-	-
EEl Criança Esperança	X		280	23	-	-
TOTAL	05	04	3.248	152	05	32

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

* Zona Urbana; # Zona Rural

Na única escola mantida com recursos do Governo Estadual, com um número de 958 alunos matriculados, quase todos pertencentes ao Ensino Médio, o laboratório de informática existente foi implantado em 2006 pelo Projeto Alvorada e conta com 17 microcomputadores para atender simultaneamente professores e estudantes (Tabela 03). Foi nessa escola que Feitosa (2006) avaliou as práticas até então desempenhadas a respeito do uso das Tics no fazer pedagógico. Como o seu estudo foi realizado no ano de chegada das máquinas, quando a implantação desse laboratório era ainda uma perspectiva, pode-se questionar hoje se a realidade apontada pela autora foi modificada¹¹.

A referida instituição de ensino, embora presencie grandes dificuldades na operacionalização das atividades, como assinalado no questionário aplicado, não estabeleceu ainda formas de cooperação no município ou com atores externos que lhe proporcionem meios de superação dos desafios postos, tais como a criação de uma cultura organizacional de incorporação dos equipamentos disponíveis na rotina de discentes e docentes, mediante formas de uso produtivas e que fomentem o desempenho institucional.

para serem montados, dado que as máquinas haviam sido recém-distribuídas pelo Governo Federal, principalmente no âmbito do Proinfo, do MEC.

¹¹ Entretanto, essa não parece uma hipótese comprovável, dado que a pesquisa de campo agora realizada, volta a indicar, conforme resposta da professora responsável pelo funcionamento do laboratório, que a indisponibilidade dos professores para o uso das ferramentas pedagógicas disponíveis e a má utilização das mesmas pelos alunos, como era de se esperar frente à ausência de orientação docente, permanecem.

Tabela 3. Caracterização básica da ação do setor público na área de TICs em Nova – CE (Rede Estadual de Ensino) - 2009

Nº de alunos	Nº de Professores	Nº de computadores disponíveis	
		P/ docentes	P/ discentes
958	29	17	17

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nesse contexto de ações insuficientes por parte do poder público, é natural observar o surgimento de ações organizadas pela própria sociedade civil para minorar problemas como a exclusão digital. Em Nova Olinda, a organização mais atuante nesse sentido é o Instituto do Desenvolvimento Socioambiental Sustentável – IDSS.

Desde o ano de 2005 o estabelecimento desenvolve ações de capacitação em informática. Trata-se de uma ONG local que articula essas tarefas através de computadores doados pela Caixa Econômica Federal, por meio do Programa de Implantação de Telecentros de Informação e Negócios – TIN, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MIDIC. Nos termos do MIDIC (2006, p. 17), “um telecentro pode ser definido como um espaço físico equipado com computadores e conectado à internet com o propósito de facilitar o acesso da população às tecnologias da informação e da comunicação e a um conjunto de informações e serviços necessários ao desenvolvimento da comunidade”. Além disso, cabe ressaltar que toda a fundamentação para a implantação dessas instalações no Brasil está apoiada sobre uma concepção de apoio ao desenvolvimento local, de incentivo à inovação em pequenos negócios e na estruturação de redes de parcerias inter e intra-territórios, no que se concebe como regiões de aprendizado¹², como fica caracterizado em MIDIC (2006).

Tendo denominado de Centro de Inclusão Digital – CID o telecentro que gerencia, o IDSS fornece Cursos de Informática com as máquinas obtidas. Ilustrativamente, esse é um caso que restringe as possibilidades na utilização do espaço de inclusão digital apontadas pelo Ministério, que defende a capacidade dos mesmos para fomentar diversas outras atividades, como o comércio eletrônico, a educação à distância, a prospecção de oportunidades de negócios pela *internet* e a consulta e obtenção de documentos oficiais, por exemplo.

¹² Cabe, entretanto, questionar o programa do MIDIC para além de suas fundamentações teóricas, isto é, propondo avaliá-lo também do ponto de vista das condições nas quais atuam os diferentes telecentros já inaugurados no Brasil, verificando itens como a qualidade dos equipamentos fornecidos às entidades gestoras desses espaços, a capacitação gerencial das organizações que os administram e o acompanhamento das dificuldades vivenciadas pelas mesmas nos procedimentos práticos. O cumprimento dos objetivos desse projeto poderia ser alvo de estudos que levantassem suas possibilidades e restrições para, de fato, fazer emergir processos endógenos de desenvolvimento nas comunidades, ancorados na dinamização das capacidades locais.

Pelas condições de gerenciamento dadas, que não foram exploradas nesta pesquisa, a equipe que administra o CID/IDSS permanece na oferta de cursos de informática, como único produto. Quanto a isso, segundo relatórios do próprio Instituto, cerca de 52% do público atendido é composto por estudantes do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio e 60% afirmam ter se matriculado com o objetivo principal de melhorar o currículo para aumentar as oportunidades de trabalho (IDSS, 2008)¹³. Ainda segundo IDSS (2008), dentre os matriculados concludentes da última turma que trabalhavam, metade era constituída por professores. Esse fato mostra-se como consequência direta do insuficiente número de microcomputadores disponíveis nas escolas, quando estas os possuem, o que se pode afirmar com base nos dados já levantados nas escolas.

Mesmo inserido em um programa que no âmbito nacional apresenta-se como fomentador das redes de colaboração entre diversos atores sociais, o IDSS leva à frente suas atividades de inclusão digital sem a configuração de formas de atuação conjunta. Novamente não há compartilhamento de tarefas com outras organizações no que se refere ao campo da inclusão digital. Esse é um fator que em muito desfavorece a iniciativa e que poderia ser contornado, o que se afirma com base no estudo de Cordeiro Neto e Alves (2007), no qual apontam-se grandes oportunidades em volta dos trabalhos do IDSS para a promoção de capital social no município de Nova Olinda¹⁴.

Além do IDSS, duas outras instituições da sociedade civil organizada atuam na área estudada. Apesar disso, uma delas, a Associação Comunitária do Sítio Várzea, encontra-se com sua experiência paralisada desde o ano de 2007. Por sua vez, a Fundação Casa Grande, embora tenha um histórico de atuação com as tecnologias da comunicação em seus laboratórios de editoração gráfica, produção de vídeos e programas de rádio, apresenta tais atividades restritas ao seu público interno, isto é, aos participantes diretos dos projetos. Para a comunidade como um todo, a oferta de serviços com o uso de TICs tem apenas um ano de experiência (Tabela 04).

¹³ Fica claro, portanto, que, no território estudado, a insuficiência da formação adquirida na escola pública passa a ser suprida por meio desses projetos, o que não significa que o seja por completo, dada a pequena cobertura dos serviços prestados pela ONG em relação ao conjunto do município.

¹⁴ Em Cordeiro Neto; Alves (2007), o conjunto de projetos desenvolvidos pelo IDSS é estudado com base na idéia de desenvolvimento territorial. Naquele estudo, mostram-se as perspectivas favoráveis para a geração de capital social em Nova Olinda mediante a ação do Instituto referido, uma vez que suas atividades reúnem considerável número de agentes locais e externos, em relações freqüentes de compartilhamento de funções e com laços de reciprocidade.

Tabela 4. Caracterização básica da ação do terceiro setor na área de TICs em Nova Olinda – CE -2009

Organização	Tipo de Organização	Tempo de existência	Tempo de atuação na área de informática	Nº de computadores instalados
Associação Comunitária do Sítio Várzea	Associação	09 anos	03 anos	07
Fundação Casa Grande	ONG	16 anos	01 ano	18
IDSS	ONG	04 anos	04 anos	07

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

É interessante observar também que o mercado local foi ampliando sua participação na oferta de serviços à comunidade no segmento estudado ao longo dos últimos anos (Tabela 05). Certamente, após o estabelecimento de alguns projetos consolidados, sobretudo do terceiro setor, a aprendizagem local dos indivíduos derivada dos cursos efetivados e a demanda pelo acesso contínuo da população à internet e à informática em geral, podem ter aberto espaço para esse tipo de empreendimento privado. Pela Tabela 06, constata-se que a quase totalidade dos espaços privados pesquisados tem um tempo de existência inferior a dois anos, ou seja, surgiram após dois anos ou mais do início das atividades do IDSS e cerca de três anos após a implantação da Ilha Digital e do Pólo de Atendimento (Ver tabelas 01 e 04). Os estabelecimentos foram citados apenas pelas iniciais dos seus nomes.

Tabela 5. Caracterização básica da ação do setor privado na área de TICs em Nova Olinda – CE – 2009

Estabelecimento	Tempo de existência	Nº de computadores instalados atualmente	Qtde instalada após o início das atividades	Número de equipamentos conectados à internet
S. G.	1,5 anos	06	03	06
C. G. R.	05 anos	03	02	02
S.S.C	1,5 anos	05	03	04
S. C. G	1,5 anos	04	-	04
A.L.S	02 anos	04	02	04
W.N.I	08 meses	03	02	01

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Evidentemente, outros fatores devem ter influenciado nessa abertura de empresas privadas no setor de informática, como o barateamento relativo das máquinas utilizadas e os programas governamentais de apoio à aquisição de microcomputadores, para citar alguns.

Dos seis estabelecimentos apresentados na Tabela 05, cinco se denominam como *cybers* e oferecem os serviços básicos de acesso à internet, acesso para digitação, impressões e busca de documentos na *internet*. O empreendimento W.N.I, por sua vez, fornece cursos de

informática para pequenas turmas, sendo que o proprietário é também o único instrutor. Cabe ressaltar que 66,66% (quatro casos) desses estabelecimentos avaliam como bom o desempenho comercial dos mesmos, um diz apresentar ótimo desempenho e apenas o último o classifica como ruim. Os cinco primeiros, inclusive, ampliaram o investimento após o início das atividades, adquirindo microcomputadores adicionais. Todos, entretanto, entendem que a má qualidade do serviço de conexão à internet fornecido no território é um entrave para a geração de maiores ganhos, mas não possuem muitas alternativas nesse sentido em relação às empresas ofertantes do serviço.

Seguindo a regra, também nestes estabelecimentos privados a prática da cooperação com outros agentes e instituições em Nova Olinda, ou de outras localidades externas, não se faz presente. As dificuldades enfrentadas são vistas como problemas individuais e não se vislumbram formas colaborativas de superação das mesmas. Dessa forma, também nessa dimensão dos empreendimentos privados, as potencialidades são comprimidas pela ausência de estratégias compartilhadas e engajamento em projetos de articulação coletiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada em Nova Olinda – CE demonstra que suas condições de efetivação do desenvolvimento local enfrentam a tensa situação que requer, com urgência, que a sociedade local desperte eficientes capacidades de ação coletiva. O território se encontra entre intensas forças de inserção do local em relações de âmbitos maiores, inclusive o internacional, o que enfatiza a necessidade de uma ação planejada e consciente para fazer uso das oportunidades daí oriundas.

Simultaneamente, as condições de existência do território são marcadas pelos desequilíbrios na alocação dos recursos e, sobretudo, o que foi o foco deste artigo, pelos déficits no domínio da Tecnologia da Informação e Comunicação. Apenas recentemente a sociedade local tem efetivado estratégias que tendem a minorar o problema, embora as iniciativas experimentadas representem um conjunto de elementos sem interação entre si. Esse relativo isolamento das experiências reforça o caráter negativo da pequena abrangência dos serviços prestados em termos de cobertura das demandas da população, da insuficiência da infra-estrutura e da tecnologia disponível e das dificuldades gerenciais enfrentadas. Por outro lado, a desconexão entre os agentes promotores das atividades em pauta minimiza os potenciais ganhos com o intercâmbio de aprendizados, o compartilhamento de diferentes

competências desenvolvidas, a possibilidade de obtenção de fontes de recursos orçamentários e a abertura de novas frentes de atividades que inovassem nos serviços prestados à comunidades local.

A cooperação entre o setor público, as organizações sociais e os empreendimentos privados no contexto da inclusão digital municipal é, portanto, um aspecto a ser buscado. Há, para isso, inúmeras formas possíveis, como a utilização conjunta de espaços e equipamentos, a capacitação de agentes de disseminação do uso das Tics, o envolvimento de associações e Ong's na educação básica realizada nas escolas, o treinamento de funcionários de empreendimentos locais por parte de empreendimentos do segmento estudado, criação de *home pages* para empresas e instituições locais, etc. Obviamente, tão importante quanto o reforço interno que as alianças podem promover intercambiando as competências já desenvolvidas e servindo de ambiente de impulso para novas aprendizagens, é a questão de que esses laços podem gerar maior poder do território para barganhar recursos externos, legitimando as pressões junto a instituições extra-locais para robustecer suas experiências. Trata-se de uma lista infindável de oportunidades que cresce com a capacitação dos agentes em questão para fazer de uso de atividades de maior nível de incorporação tecnológica e com sua capacidade para obter os equipamentos e conhecimentos necessários para tal.

Em síntese, é favorável para o município, não obstante as necessidades sejam grandes e as soluções urgentes, o fato de apresentar diversos agentes locais, entre o setor público e o privado, passando pelas organizações da sociedade civil que, ainda que incipientemente, estão agindo sobre o problema. O território carece, então, articular as diversas iniciativas existentes e potencializar os ganhos da localidade. Desse modo, caso o município avance na construção de consensos coletivos nessas atividades, terá maiores possibilidades de efetivar um processo de desenvolvimento local que promova maior e melhor inclusão sócio-produtiva da população local e maiores perspectivas de exercício da cidadania.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M; NIEMAN, G (Orgs.) **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires. Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - ICCUS, 2006.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. Volume 4, nº 2, p. 379-397. abril/junho. 2000.

ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, R. (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

AMARAL FILHO, J. do. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: In: CASTRO, A. C. (Org.) **Painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Rio de Janeiro: Mauad: BNDES, 2002.

BARBOSA, L. G. M. (org). **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. 2 ed. Brasília. Mtur, 2008.

CHAVES, A; SIMÕES, R. Espaço local – espaço regional: uma tentativa de tipologia de estudos metodológicos. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. Vol. 01. Nº 1. Maio-Outubro, 2007.

CORDEIRO NETO, J. R.; ALVES, C. L. B. Capital social, terceiro setor e desenvolvimento territorial: o caso do IDSS no município de Nova Olinda – CE. **Anais do III Encontro de Economia Baiana**, Salvador – BA: 2007.

CUNHA; A. M.; SIMÕES, R. F; PAULA, J. A. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. (Texto para Discussão, Nº 260).

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Inovação, território e desenvolvimento. In: CARVALHO, J. R.; HERMANS, Klaus (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

DOWBOR, L. **Democracia Econômica**. Vozes. São Paulo, 2007.

FEITOSA, A. L. C. **A incorporação da tecnologia na formação do fator trabalho em Nova Olinda – CE**. Monografia. (Graduação em Economia – URCA-CE), Crato:2007.

FUNDAÇÃO CASA GRANDE. Estatuto Social. Disponível em: <<http://www.fundacaocasagrande.org.br/>>. Acessado em: 03/03/2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados: cidades@**. Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 01/03/2009.

IDSS. **Relatório de atividades**. 2008. (Mimeo).

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará. **Perfil Municipal**. Disponível em www.ipece.gov.br, acesso em 01/03/2009.

IPIRANGA, A. S. R. Território, capital social e governança. In: **Curso Caminhos do Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/Site/>>. Acessado em: 03/03/2009.

LEMOS, A. **Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Disponível em: <http://www.nef.org.br/index.cfm?cd_artigo=90>. Acessado em: 20/02/2008.

LÉVY, P. **Educação e cibercultura.** Disponível em: <http://www.nef.org.br/index.cfm?cd_artigo=92>. Acessado em: 20/02/2008.

MARQUES, R. A história em que nos reconhecemos. A Província: Crato, 2001.

MIDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Manual do gestor de telecentros de informações e negócios.** Brasília: DF, 2006.

MONASTÉRIO, L. M. Desigualdade e políticas regionais de desenvolvimento: o que diz a abordagem do capital social? In: CARVALHO, J. R.; HERMANS, K. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

MOREIRA, R. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NUVES, P. C. Dois municípios, muitos pontos em comum. **Entrevista concedida ao IDSS Informativo.** Nova Olinda-CE: novembro de 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; PGPC/EAESP/FGV, 2001. 40p.

SDLR-CE. Arranjo produtivo local de pedras ornamentais em Nova Olinda e Santana do Cariri. http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/_includes/PDFs/APL%20-%20Cariri%20-%20Pedras.pdf. Acessado em 03/03/2009.